

Teoria e prática na formação em Serviço Social: o papel do Laboratório de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos (LABESP)

Thaís Viana Figueira
José Fernando Siqueira da Silva

RESUMO:

O presente trabalho apresenta o LABESP, projeto de ensino-aprendizagem desenvolvido no âmbito da supervisão de estágio em Serviço Social, vinculado ao trabalho profissional realizado na Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” (UACJS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca/SP. Parte-se da hipótese de que a dimensão técnico-operativa recebe menor ênfase na graduação, quando comparada às dimensões teórico-metodológica e ético-política, o que fragiliza o processo formativo dos discentes em Serviço Social e compromete o exercício crítico e competente da profissão. Considerando os imperativos da reprodução do capital na sociedade contemporânea e seus rebatimentos no cotidiano laboral, defende-se a necessidade de colocar o processo formativo de assistentes sociais no centro do debate. Metodologicamente, o estudo revisita o processo de trabalho do Serviço Social na unidade, descrevendo práticas, instrumentos e estratégias adotados, além de apresentar uma análise comparativa entre três pareceres técnicos elaborados no LABESP, com base em um Estudo de Caso apresentado. Os resultados indicam que a proposta potencializa o desenvolvimento de competências analíticas, críticas e técnico-operativas pelos discentes/estagiários, além de estimular a produção escrita e a argumentação fundamentada. Constitui-se, então, em uma alternativa relevante para a qualificação da formação acadêmica, fortalecendo a atuação profissional crítica e socialmente comprometida.

Palavras-chave: formação profissional; serviço social; supervisão de estágio; teoria e prática; ensino-aprendizagem.

* Especialização em Serviço Social no Campo Sociológico pela Faculdade Iguazu, FI, Brasil. Assistente social na Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” de Franca, SP.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3723-2315>
E-mail: thais.figueira@unesp.br

** Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Professor titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1040-9558>
E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br

Theory and practice in social work education: the role of the Laboratory of Social Studies and Technical Reports (LABESP)

ABSTRACT:

This paper presents LABESP, a teaching-learning project developed within the scope of Social Work internship supervision, linked to the professional activities carried out at the “Centro Jurídico Social” Auxiliary Unit (UACJS) of São Paulo State University (UNESP), Franca/SP campus. The study starts from the hypothesis that the technical-operative dimension receives less emphasis in undergraduate education when compared to the theoretical-methodological and ethical-political dimensions, which weakens the training process of Social Work students and compromises the critical and competent exercise of the profession. Considering the imperatives of capital reproduction in contemporary society and their impacts on daily professional practice, the paper argues for placing the training process of social workers at the center of the debate. Methodologically, the study revisits the Social Work process developed in the unit, describing the practices, instruments, and strategies adopted, and presents a comparative analysis of three technical reports prepared within LABESP, based on a case study. The results indicate that the project enhances the development of analytical, critical, and technical-operative competencies among students/interns, while encouraging written production and well-founded argumentation. Thus, LABESP represents a relevant alternative for improving academic training and strengthening a critical and socially committed professional practice.

Keywords: professional training; social work; internship supervision; theory and practice; teaching-learning.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Laboratório de Estudos Sociais e Parcerias Técnicas – LABESP, enquanto projeto de ensino-aprendizagem desenvolvido no âmbito da supervisão de estágio em Serviço Social, tendo como pano de fundo o trabalho profissional realizado – na condição de assistente social e supervisora de estágio – na Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” (UACJS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (FCHS/UNESP), campus de Franca/SP.

É importante contextualizar que o espaço sócio-ocupacional em questão proporciona assistência judiciária gratuita à população demandária que se encontra em situações de vulnerabilidade socioeconômica, risco e/ou desproteção social na comarca de Franca/SP, especialmente diante do limitado e/ou nulo acesso aos direitos sociais, cíveis e previdenciários pelas vias administrativas. Nessa linha, sabe-se que

[...] ao mesmo tempo em que houve a ampliação dos direitos positivados na Constituição Federal de 1988, ocorreu sua negação pelo Estado em diferentes instâncias administrativas, o que acabou por gerar esse fenômeno na esfera pública, que é o que alguns juristas e cientistas sociais estão chamando de “judicialização dos conflitos sociais” ou ainda, “judicialização política” (Borgianni, 2013 *apud* CFESS, 2014, p. 86).

Além da prestação de serviços à comunidade, que se dá por meio da judicialização de demandas cíveis (majoritariamente de família) e previdenciárias, a UACJS constitui-se como importante campo de estágio para os discentes dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito da FCHS/UNESP, sendo que “o ensino teórico-prático está diretamente vinculado ao estágio supervisionado, caracterizado nas diretrizes curriculares, como atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do estudante no espaço sócio-ocupacional” (José Filho, 2010, p. 10). Trata-se de um espaço formativo proporcionado pela UNESP à população que articula saberes interdisciplinares e que, ao conjugar atividades de ensino, pesquisa e extensão, concretiza a função social da universidade pública paulista perante a sociedade.

No exercício profissional, desenvolvido na condição de assistente social e supervisora de estágio da Unidade, foi possível observar fragilidades no processo formativo dos discentes/estagiários em Serviço Social que impactam diretamente a abordagem teórico-prática perante as demandas de trabalho.

Parte-se da hipótese de que a capacidade técnico-operativa recebe menor ênfase no ensino de graduação quando comparada às dimensões teórico-metodológica e ético-política, o que fragiliza a formação acadêmica e prejudica o exercício profissional na perspectiva da práxis. Segundo Guerra (2017, p. 73),

[...] temos vivenciado o total descaso e abandono da discussão sobre a questão da instrumentalidade, da racionalidade da técnica, do alcance na utilização de instrumentos, estratégias e táticas de natureza técnica e política. Ao negligenciar a técnica e não dimensionar adequadamente o lugar, o papel e o alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político profissional, corre-se o risco de o assistente social não realizar as suas competências, de não responder às demandas que a sociedade lhe coloca por absoluta falta de conhecimento dos meios e mediações a serem mobilizadas para tal.

Logo, idealizou-se o LABESP: um projeto de ensino-aprendizagem direcionado aos estagiários de Serviço Social da UACJS com o fim de viabilizar troca de saberes, discussões e debates, além do exercício da práxis na perspectiva crítica, a partir da articulação

das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que fundamentam o fazer do Serviço Social.

Diante do exposto, o percurso desta escrita pressupõe revisitar o processo de trabalho do Serviço Social na UACJS, considerando a supervisão de estágio enquanto elemento central do exercício profissional, para, então, situar o LABESP conceitual e metodologicamente, tendo em vista seu papel na qualificação do processo formativo.

Processo de trabalho e supervisão de estágio na UACJS

O trabalho desenvolvido no Centro Jurídico Social (UACJS) é historicamente marcado pela interdisciplinaridade entre os campos do Serviço Social e do Direito. Essa integração de saberes se materializa nos atendimentos prestados à população, nas reuniões da equipe técnica, nas discussões dos casos atendidos, no acompanhamento processual e social dos casos, bem como no estágio supervisionado.

No cotidiano desse espaço sócio-ocupacional, a troca de conhecimentos é parte essencial do atendimento aos objetivos centrais que orientam as atividades como um todo: proporcionar aos estagiários/discentes a possibilidade de vivenciar a práxis profissional na perspectiva crítica, atendendo à população demandatária dos serviços sociojurídicos e promovendo pesquisas, oficinas de formação, eventos científicos e ações extensionistas. Assim, são promovidas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entendida como um processo social, a interdisciplinaridade implica a aproximação e a integração entre diferentes áreas do saber, a partir de um objetivo em comum. Essa prática permite construir conhecimentos com bases mais amplas, capazes de lidar de forma mais integrada com a complexidade das demandas apresentadas pelos usuários. No espaço sociojurídico de atuação, ela se faz indispensável, uma vez que possibilita superar a fragmentação do conhecimento e compreender as expressões da questão social em sua essência (Faria, 2010).

A questão social, expressa nas várias e diversas situações sociais (como o abandono, violência e/ou violação de direitos praticados contra criança, adolescente, jovem, mulher, idoso, deficiente; ato infracional; situação de rua; trabalho infantil; violação da lei, e outras), passa a ser objeto do sistema de justiça, que determina a ação sobre os indivíduos (CFESS, 2014, p. 87).

Na UACJS, o objetivo compartilhado entre o Serviço Social e o Direito é responder às demandas jurídico-sociais viabilizando aos usuários atendidos o acesso qualitativo à Justiça e aos direitos previstos constitucionalmente. Nesse contexto, a interdisciplinaridade é compreendida como mediação entre as demandas concretas da realidade e a

construção de conhecimento acadêmico e profissional (Schimansk; Bourguignon, 2012). Não obstante a perspectiva crítica, cumpre pontuar que

Direitos são construídos a partir de relações sociais concretas e buscam responder a necessidades sociais historicamente produzidas por classes e segmentos de classes. Dar-lhes o caráter impositivo depende das correlações de forças, das formas de organização política, da força de tradições culturais, das disputas ideológicas que se travam em torno dos interesses e projetos em questão. A universalidade do direito, bandeira defendida arduamente pelo projeto da modernidade, esbarra na desigualdade e nas contradições próprias da realidade concreta, marcada pela luta de classes e por inúmeras formas de discriminação, opressão, dominação e exploração (CFESS, 2014, p. 19).

Nessa lógica, compreende-se que direitos **não são universais ou neutros, mas sim construções sociais inseridas em um contexto histórico marcado por desigualdades estruturais e conflitos** inerentes à luta de classes. A imposição e efetivação dos direitos dependem das correlações de forças políticas, culturais e ideológicas presentes na sociedade. Assim, embora o direito formalmente assegure a universalidade e igualdade, na prática ele se depara com as contradições e desigualdades que permeiam a realidade concreta da população, marcada por opressões e exclusões.

Essa leitura crítica é fundamental para o Serviço Social, pois reconhece que o acesso aos direitos não se dá de maneira homogênea ou automática, mas está imbricado em processos sociais complexos que influenciam diretamente a vida dos usuários atendidos pelos serviços sociais.

Conforme assinala Fávero (2014), muitas demandas que inicialmente se apresentam como jurídicas revelam, em sua essência, determinações sociais mais amplas quando analisadas sob a ótica da totalidade. Nesse sentido, o Estudo Social emerge como um processo metodológico fundamental ao Serviço Social, pois permite conhecer criticamente e profundamente as condições de vida, as relações sociais e os contextos em que as demandas se manifestam.

O estudo social é atribuição profissional que aparece na grande parte dos documentos estudados, denotando ser um processo metodológico de intervenção comum a praticamente todas as áreas de trabalho, sendo que, em espaços sócio-ocupacionais da área sociojurídica, ou que com ela estabeleça interfaces, adquire maior visibilidade (CFESS, 2022, p. 44).

Diante disso, o campo sociojurídico é permeado pelas contradições inerentes à sociedade capitalista, tensionado entre as requisições institucionais de manutenção da ordem social e a necessidade de viabilizar direitos à população, o que impõe ao Serviço

Social o desafio de manter a coerência ética e crítica de sua atuação, articulando as dimensões investigativa e socioeducativa.

Ao mesmo tempo, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, atua de forma comprometida com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, em conformidade com o Código de Ética Profissional, a Lei nº 8.662/1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Historicamente, intervém nas múltiplas expressões da questão social, desenvolvendo procedimentos técnicos dotados de intencionalidade ética, teórica e política, que extrapolam as requisições institucionais e exigem interpretação crítica (CFESS, 2012).

Na UACJS, o exercício profissional envolve atender simultaneamente às demandas institucionais, dos usuários e dos estudantes de Serviço Social em estágio supervisionado. A instrumentalidade da profissão é, assim, essencial para nortear as ações desenvolvidas, visto que se traduz em um repertório técnico-operativo particular, articulado a pressupostos éticos e a uma direção social definida (Guerra, 2009).

As atividades do assistente social na UACJS abrangem: atendimentos presenciais e remotos à população; acolhimento; triagem de casos; realização de Estudos Sociais (incluindo entrevistas, visitas domiciliares, relatórios, laudos, informes e pareceres técnicos); encaminhamentos; orientações socioeducativas; articulação intersetorial; discussão de casos; organização e arquivamento de prontuários; alimentação de sistemas e planilhas; pesquisas científicas; produção teórica; planejamento, execução e avaliação de projetos, eventos, cursos e processos formativos; etc. Assim, executam-se tanto competências profissionais quanto atribuições privativas ao assistente social.

E aqui cabe uma pontuação, pois, se as atribuições privativas são aquelas designadas exclusivas do serviço social, as competências são compartilhadas com outras profissões, o que abre um leque de possibilidades de inserção em várias outras dimensões de trabalho, desde que nos qualifiquemos para isso, ao contrário do que muitas vezes se interpreta no debate profissional como redução de oportunidades de atuação para assistentes sociais (Raichelis, 2020, p. 12).

Os relatórios/laudos e os respectivos pareceres construídos acerca dos casos atendidos, por exemplo, são realizados em matéria do Serviço Social e contribuem fundamentalmente às ações judiciais em curso na UACJS, especialmente naquelas que tratam de regulamentações de guarda e/ou tutela de crianças e adolescentes, curatela de pessoas idosas e/ou com deficiência etc., pensão alimentícia, convivência, reconhecimento de filiação socioafetiva, divórcio, entre outras, uma vez que tais demandas jurídicas são, como já se sabe, essencialmente determinadas pela questão social. Não obstante, a cen-

tralidade da atuação profissional recai sobre a supervisão de estágio, dimensão socioeducativa que visa qualificar a formação profissional dos estagiários em Serviço Social. De acordo com Nicolau e Santos (2016, p. 383),

A dimensão socioeducativa é intrínseca ao trabalho na medida em que este, ao definir a inserção concreta do indivíduo numa totalidade social, possibilita-lhe, dialeticamente, a subjetivação, a objetivação e a historicização no contexto de relações sociais. Nessas relações, o indivíduo, objetivamente incorpora ao objeto de trabalho novos elementos, novas situações que antes não existiam.

O objeto de intervenção do assistente social da UACJS situa-se, portanto, no processo de ensino-aprendizagem proporcionado pela supervisão de estágio, a partir do exercício articulado das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e, ainda, socioeducativa, ancorado nas formas pelas quais a questão social se apresenta no cotidiano de trabalho e nas respostas profissionais construídas coletivamente.

Nessa dinâmica, o desenvolvimento e a utilização qualificada dos instrumentais técnicos — especialmente no processamento do Estudo Social — são determinantes para viabilizar o acesso a direitos (ou cerceá-los) e aprofundar a compreensão da realidade dos usuários, uma vez que estes dão visibilidade aos modos de vida dessa população.

A práxis, entendida na perspectiva marxiana como unidade dialética entre teoria e prática, é indispensável nesse processo de trabalho, pois permite extrair conteúdo de práticas anteriores e orientar novas intervenções (Silva, 2017). Assim, o registro profissional se torna espaço de materialização da intencionalidade ética, política, teórica e metodológica que sustenta o exercício profissional.

Práxis, formação profissional e crise estrutural do capital

Sob o prisma do método materialista histórico-dialético, compreende-se que a formação profissional do assistente social não se esgota na apreensão de fundamentos teóricos ou princípios ético-políticos, mas requer a articulação indissociável destes com o domínio técnico-operativo, condição essencial para que a intervenção se dê de forma crítica, propositiva e socialmente referenciada.

Conforme sinaliza Guerra (2009, p. 174-176), “[...]a determinação fundamental do modo de ser do Serviço Social não reside no seu estatuto teórico e sim nas respostas que a profissão engendra em face dos projetos sócio-políticos que a ela se interpõe”. Nessa linha, sabe-se que a prática profissional não se reduz a um fazer profissional descolado de fundamentos teóricos, mas deve se configurar como práxis e, portanto, como uma

ação consciente, dotada de intencionalidade e orientada por uma direção ético-política que assume o compromisso com a transformação social. Logo, a autora aponta que aquilo que nos falta, “[...] tanto no exercício quanto na formação profissional, é assegurar a unidade das dimensões da profissão, garantindo a autonomia delas sem, contudo, autonomizá-las, na perspectiva de manter, por meio de múltiplas mediações, a unidade do diverso” (Guerra, 2017, p. 74).

Ainda sob o prisma da autora, na área do Serviço Social a práxis se efetiva por meio da instrumentalidade profissional, a qual, conforme sinalizado previamente, é entendida como a capacidade que o assistente social dispõe para articular seus conhecimentos teóricos, éticos e técnico-operativos e construir respostas profissionais que dialogam com o projeto societário de superação das desigualdades. Segundo Netto (2018), “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.)”.

Vasconcelos (2015, p. 128) aponta que “Na perspectiva do projeto profissional, o Serviço Social só tem sentido como práxis; práxis que tem como modelo o trabalho que, como criador de valores-de-uso, é o ato ontológico fundamental do ser social, como revela Marx e Lukács (2010, 2012, 2013)”. Sob sua concepção, entende-se que, no capitalismo, o trabalho explorado e alienado – voltado apenas para gerar valor de troca – não pode servir de referência para uma prática profissional com objetivos emancipatórios. Mesmo o trabalho não explorado, voltado à produção de valor de uso e à realização humana, não é plenamente viável para o assistente social que busca alinhar-se aos interesses históricos da classe trabalhadora, “Isso porque a práxis é muito mais rica que o trabalho e é pela práxis, consciente, radicalmente crítica e criativa, que se faz presente, de forma indissociável, a ética, a ciência, a filosofia, a política, a arte, a educação [...]” (Vasconcelos, 2015, p. 128-129).

As atribuições e competências profissionais remetem à forma de ser das profissões na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, de acordo com as prerrogativas legais, no caso das profissões regulamentadas como é o caso do serviço social. [...] o serviço social, em suas mais de oito décadas, construiu um projeto hegemônico nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em meio à heterogeneidade que caracteriza a categoria profissional e às disputas sempre presentes no confronto entre projetos e significados atribuídos à profissão, sob a condução unificada de entidades representativas que condensam a direção social do serviço social brasileiro (Raichelis, 2020, p. 12).

Observa-se, assim, que apesar dos avanços no campo da produção intelectual do Serviço Social, assim como das diretrizes curriculares que direcionam a formação acadêmica, persiste um descompasso entre o processo de ensino-aprendizagem e as demandas impostas pela atual ordem societária, marcada por uma *crise estrutural de caráter permanente* (Mészáros, 2011).

Sabe-se que a profissão não pode ser analisada descolada dos determinantes sociais da sociabilidade capitalista, uma vez que seu surgimento é intrinsecamente vinculado às expressões da questão social e às formas históricas de sua gestão. Nesse sentido, compreender a formação e a prática profissional do assistente social exige situá-las no contexto das transformações econômicas, políticas e culturais decorrentes da lógica de acumulação capitalista, que redefine constantemente o papel das políticas sociais e os espaços de intervenção.

Assim como Marx identificou o caráter autodestrutivo do capital, István Mészáros reconhece que a crise constitui a própria forma de ser da ordem metabólica capitalista, destacando que a crise atual é, sobretudo, de natureza estrutural (Mészáros, 2011). O autor aponta quatro características que a definem desde a década de 1970: seu caráter universal, seu alcance global, sua duração contínua e permanente, e seu modo de desdobramento lento e progressivo (Mészáros, 2011, p. 795-796). Soma-se a isso a devastação sistemática da natureza e a negação das necessidades mais básicas de “milhões de famintos” (Mészáros, 2011, p. 801).

Diante da complexidade que afeta a totalidade do metabolismo social, Mészáros afirma que “o capital é irreformável porque, pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível” (Mészáros, 2011, p. 27). Tal conjuntura repercute diretamente no mundo do trabalho, na configuração das políticas públicas e sociais e nas formas pelas quais as expressões da questão social se manifestam na sociedade, incidindo também sobre o campo de atuação do Serviço Social.

A crise do capitalismo que teve início nos anos 1970 e se estende até a atualidade indica que estamos diante de um processo mais abrangente, que invade todas as dimensões da vida social, mergulhando a questão social em um complexo de novas determinações, que rebatem no trabalho de assistentes sociais e, portanto, nas atribuições e competências profissionais (Raichelis, 2020, p. 19).

Tal contexto expõe a importância de que assistentes sociais sejam qualitativamente capacitados em todas as dimensões que compõem a totalidade do fazer profissional, ou seja, um profissional capaz de exercer a práxis e refletir sobre o objeto de intervenção

criticamente, compreendendo o significado da profissão diante dos limites absolutos da ordem burguesa. Não obstante, essa conjuntura favorece o exercício irrefletido da profissão, recaindo, muitas vezes, em intervenções desarticuladas e descoladas do real-concreto, a qual também impacta diretamente o campo da formação profissional.

Nota-se, assim, uma ruptura na relação teoria e prática no processo formativo, considerando o foco da graduação no ensino das dimensões teórico-metodológica e ético-política em detrimento da capacidade técnica-operativa do Serviço Social. Costa e Figueira (2023, p. 151), afirmam que “embora esta relação tridimensional esteja posta, a dimensão técnico-operativa ainda figura menos protagonismo na formação profissional”.

Este cenário permite, então, identificar as necessidades relacionadas à aprendizagem do discente de Serviço Social, na condição de estagiário da UACJS, e, assim, confirmar a hipótese de que no espaço formal da formação acadêmica existe uma centralidade no ensino do conhecimento teórico em detrimento do conhecimento teórico-prático, o que pode ser determinante na viabilização do acesso da população aos seus direitos.

Cumprе ressaltar que a presente reflexão não objetiva retornar aos moldes conservadores da profissão, quando as influências de matrizes teóricas como o funcionalismo/positivismo, a fenomenologia e o estruturalismo reforçavam a tecnificação da prática, esvaziando qualquer possibilidade de mediação sociopolítica no trabalho profissional. Pelo contrário, o debate aqui colocado exige que a dimensão técnico-operativa receba tanta ênfase na formação quanto as demais capacidades profissionais, uma vez que essa dá visibilidade à atuação profissional perante uma crise de dominação em geral.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *éthos* profissional. É através dela que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas (Guerra, 2017, p. 51).

Nesse prisma, é problematizando também a dimensão técnico-operativa que o assistente social terá condições de refletir sobre a finalidade do seu trabalho, tendo em vista a sua instrumentalidade profissional, definindo meios, instrumentos e técnicas que dialogam com a sua intencionalidade e com a direção sociopolítica da profissão (Guerra, 2009).

LABESP “Laboratório de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos”: entre a teoria e a prática

Holliday (2006, p. 234) afirma que “a distância entre teoria e prática só poderá ser resolvida se nós conseguirmos, a partir das práticas concretas, enriquecer o debate teórico, pois este tem sentido na medida em que se ponha a dialogar com a prática”.

Durante o processo de supervisão de estágio, foi exigido, portanto, um rigoroso aprofundamento teórico, conceitual e prático quanto à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, em sua articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, considerando a instrumentalidade da profissão e os pressupostos do Projeto Ético-Político profissional. Parte-se do pressuposto de que a práxis, entendida como a unidade indissociável entre teoria e prática, é condição indispensável para a qualidade do exercício profissional do Serviço Social.

É sob essa perspectiva que foi idealizado o Laboratório de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos (LABESP)¹, em 2022, concebido como um espaço de construção coletiva do conhecimento, destinado a viabilizar estudos, debates e discussões, bem como a elaboração de documentos técnicos sobre as expressões da questão social que se desdobram em demandas cotidianas no trabalho do assistente social.

O LABESP tem como missão contribuir para a formação dos estudantes do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, objetivando, ainda, romper com o pensamento conservador e fortalecer a perspectiva crítica na leitura da realidade. Busca-se qualificar o processo de aprendizagem e preparar o discente para o exercício profissional, a partir da articulação entre teoria e prática.

No contexto da UACJS, o LABESP se constitui como base para a construção do conhecimento e para a troca de experiências científicas no processo de ensino-aprendizagem, envolvendo assistentes sociais da equipe técnica e os estudantes da graduação sob supervisão de estágio. Sua execução adota metodologias ativas, em especial o método do Estudo de Caso, com o propósito de articular teoria e prática.

Para Morán (2015, p. 19), “nas metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão depois na vida profissional, de forma antecipada, durante o curso”. Assim, sob orientação das supervisoras de estágio, os estagiários desenvolvem Estudos Sociais sobre casos previamente selecionados, exercitando habilidades de interpretação de texto, problematização, análise e proposição de soluções em matéria do Serviço Social.

Os Estudos de Caso são elaborados a partir de uma situação-chave que apresenta demandas concretas da população atendida pelos serviços sociais, expressando diferentes manifestações da questão social e exigindo respostas profissionais do Serviço Social.

Na prática, o LABESP envolve um ciclo de formação que tem a duração de 01 ano letivo, sendo realizadas uma série de encontros, além de oficinas/cursos de capacitação profissional. O primeiro encontro, por exemplo, pressupõe a realização de um minicurso sobre Estudo Social, instrumentos técnico-operativos, elaboração de relatórios/laudos e pareceres técnicos, além de ser abordada instrumentalidade do Serviço Social. Nessa etapa, apresentam-se aos discentes referenciais teóricos consolidados na profissão, discutem-se textos e temas pertinentes, buscando estimular os estagiários a buscarem e analisar a bibliografia necessária ao debate. Assim, são discutidos coletivamente tais conceitos de forma a contribuir para a compreensão das dimensões de trabalho profissional, além da construção da proposta metodológica dos encontros subsequentes.

Na UACJS, são 06 estagiários de Serviço Social que compõem a equipe, sendo 03 supervisionados por cada supervisora/assistente social. Logo, são formadas duplas para o desenvolvimento coletivo das atividades seguintes. Cada uma recebe, por sorteio, um Estudo de Caso (apresentação de uma situação-chave) com as perguntas norteadoras para o desenvolvimento do Estudo Social correspondente. A cada oficina/encontro, uma dupla fica responsável por apresentar o respectivo caso aos demais do grupo. Esse trabalho deve ser realizado de forma a articular as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que permeiam o exercício profissional, dialogando com os ensinamentos da sala de aula. Portanto, exige-se a explicitação do referencial teórico e das categorias de análise utilizadas no desenvolvimento do Estudo Social pelos alunos, a identificação das expressões da questão social presentes no caso e a proposição de respostas possíveis no âmbito das políticas públicas.

A seguir, apresenta-se um Estudo de Caso² que foi elaborado no desenvolvimento do LABESP no ano letivo de 2023 e, em seguida, serão discutidos, brevemente, os pontos mais importantes dos pareceres técnicos desenvolvidos pelos estagiários sobre a situação apresentada.

Trata-se de família composta por Paulo (67 anos), sua esposa Francisca (60 anos, do lar), sua filha, Ana (37 anos), e seus netos, Lucas (24 anos) e Marcos (22 anos). A renda familiar é proveniente da aposentadoria por incapacidade permanente recebida por Paulo (01 sal. mínimo) e pelo BPC (01 sal. mínimo) recebido por Ana. O BPC também foi requerido para Lucas e Marcos, contudo, houve indeferimento pelo INSS em razão

da superação dos critérios de renda. Ana, Lucas e Marcos são pessoas com deficiência e frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de segunda a sexta-feira por período integral, onde fazem também o acompanhamento médico e recebem os cuidados de higiene. Paulo é curador de Ana e exerce a curatela compartilhada dos netos com a filha Eliana. Lucas e Marcos possuem retardo mental grave e retardo do desenvolvimento neuropsicomotor. Por conta das deficiências, os dois jovens convivem com atritos e, recorrentemente, brigam fisicamente entre si. Marcos possui um grau mais avançado de deficiência, o que limita sua autonomia e qualquer perspectiva de comunicação; está sempre perambulando pela casa e faz uso de fralda geriátrica, apresentando alto grau de dependência para qualquer atividade cotidiana. Além disso, Marcos possui bolsa da colostomia e os confrontos físicos com o irmão provocam alto risco à sua condição de saúde. Lucas, ainda que consiga se comunicar com limitações na fala, também é totalmente dependente e, também, deambula aleatoriamente pela moradia. Vem sofrendo surtos psicóticos, ocasiões nas quais fica agressivo com o irmão e até mesmo com os avós. Em um desses momentos, Lucas cortou-se com uma faca. Ambos os jovens costumam realizar suas necessidades fisiológicas em qualquer lugar da casa. Cumpre destacar que Paulo e Francisca tiveram cinco filhos, sendo que apenas dois deles não possuem deficiência: Carlos, que não mantém convívio próximo com a família e Eliana, que se responsabiliza pelos cuidados diários e representação legal de Luiza, a genitora de Lucas e Marcos. O quinto filho, José, encontra-se acolhido no Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade Residência Inclusiva. Os idosos são os responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados dos três adultos com deficiência, sendo que a maior carga de cuidados é da sra. Francisca, tendo em vista que Paulo também possui condições de saúde fragilizadas. O senhor Paulo apresenta histórico de derrame pleural, infarto, hipertensão e memória instável. Realiza acompanhamento pelo NGA e retira alguns medicamentos na rede pública. Francisca tem condições de saúde física preservadas, porém, apresenta demandas de saúde mental. Sofreu um surto psicótico recentemente e demandou internação psiquiátrica. Atualmente, encontra-se em um estado estável de saúde, mas é resistente ao uso de medicamentos e acompanhamento psiquiátrico. A família reside em casa própria, composta por dois dormitórios, sala, cozinha e outros dois ambientes adaptados em quartos por seus integrantes. A moradia possui condições peculiares em razão das demandas mentais que assolam o ambiente familiar, tais como a precariedade da construção, nos dias atuais; a higienização insalubre; o acúmulo de objetos e vestimentas; o excesso de objetos, comidas, recicláveis espalhados pelo chão; além das necessidades fisiológicas que também ficam espalhadas pelo chão, consideran-

do a dificuldade dos jovens em utilizar o vaso sanitário. Inteira-se que o Conselho Tutelar já interveio neste caso quando as pessoas com deficiência ainda eram crianças, devido às condições precárias da residência da família, ocasião na qual os responsáveis correram o risco de ter seus netos e filhos afastados da convivência familiar e serem acolhidos institucionalmente. No entanto, a partir da articulação em rede, foi compreendido que não se tratava de negligência, existindo relação de afeto, cuidado e vínculos fortalecidos entre os familiares. Recentemente, a equipe do CREAS realizou uma intervenção no domicílio e sugeriu que Lucas fosse acolhido em Residência Inclusiva, assim como foi o seu tio, José. Todavia, a senhora Francisca não aceitou a sugestão das assistentes sociais, apresentando certa resistência a qualquer possibilidade de que seus netos não convivam com ela e seu marido. Isto porque a senhora se sente muito insegura para deixar os cuidados dos netos sob responsabilidade que não seja a sua, afinal acredita que eles não têm qualquer perspectiva de melhora no quadro mental, nem de desenvolvimento, sentindo receio de que sejam abusados ou sofram outras formas de violência. Já o idoso relatou às assistentes sociais do CREAS, sem a presença de sua companheira, que se sente cansado e sem forças para continuar com tantas responsabilidades. Cuida tanto dos netos que se deixa de lado, estando, claramente, adoecido mentalmente. Assim, diante dessa sobrecarga, o senhor Paulo, ao contrário da sra. Francisca, considerou que a sugestão da equipe é uma alternativa que pode ser benéfica à família nesse momento. Considerando a resistência da senhora Francisca sobre o acolhimento de Lucas em Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, avaliado como imprescindível pela equipe do CREAS, conforme relatório social, o caso foi encaminhado pelo serviço ao Poder Judiciário. Assim, o juiz demandou o “Estudo Psicossocial” do caso a fim de avaliar a possibilidade de que Lucas permaneça em seu lar ou se o seu acolhimento é realmente indispensável.

Questões para nortear o estudo:

- 1. Qual a configuração familiar do núcleo em tela?*
- 2. Considerando que o juiz solicitou um Estudo Psicossocial, faça uma reflexão sobre a sua autonomia enquanto profissional do Serviço Social com base em resoluções do CFESS, código de ética e/ou lei que regulamenta a profissão.*
- 3. Feita a reflexão acima, cite os instrumentos e meios técnicos de intervenção que considera necessários para a elaboração do estudo social do caso.*
- 4. Desenvolva um Plano de Intervenção detalhando quais ações serão desenvolvidas no âmbito do Estudo Social.*

5. *Analise as condições sociofamiliares a partir das seguintes chaves-teóricas: trabalho/renda; território e políticas sociais; condições de habitação/moradia digna; relações socioculturais, familiares, de gênero, étnico-raciais e geracionais.*
6. *Analise as principais expressões da questão social identificadas e possíveis respostas que o/a assistente social poderia propor na perspectiva do acesso às políticas públicas intersetoriais.*
7. *Identifique pelo menos um fenômeno social no caso exposto e analise as formas de discriminação relacionadas a esse fenômeno.*
8. *Com base na Lei 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e no decreto nº 6.214/2007 analise a viabilidade da concessão do BPC para Lucas e Marcos.*
9. *No que consiste o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade e quais as indicações do mesmo para jovens e adultos com deficiência?*

Coletivamente: Conforme o estudo social realizado sobre o caso, elabore o parecer social, apresentando, fundamentalmente, se o Serviço Social é favorável ou desfavorável ao acolhimento de Lucas. Além disso, analise se Lucas e Marcos possuem direito ao BPC. Se sim, quais os meios para buscar a efetivação desse direito?

A contar da apresentação do caso pela dupla responsável, abre-se espaço para um debate coletivo sobre as possibilidades de intervenção relacionadas às demandas identificadas. Como desfecho desse debate, as duplas participantes devem materializar a opinião técnica sobre o Estudo Social na forma de um parecer técnico, o que permite construir mediações sobre a situação estudada, além de exercitar e aprimorar a escrita técnico-profissional. Afinal,

[...] produzir os mais diversos tipos de registros, como informes, relatórios, laudos e pareceres, e manifestar, explícita ou implicitamente - de forma verbal ou por escrito -, opinião sobre a matéria que se apresenta no cotidiano de trabalho, relacionada às mais variadas expressões da questão social, vinculam-se às atribuições e competências profissionais de assistentes sociais, dizem sobre a área e o conhecimento a ela inerente, e revelam a direção social do projeto ético-político da profissão (CFESS, 2022, p. 16).

Quanto ao Estudo de Caso apresentado neste artigo, foi possível realizar uma breve análise comparativa dos 03 pareceres técnicos – elaborados pelas 03 duplas de estagiários sobre a situação –, revelando leituras distintas sobre a mesma situação, o que demonstra o exercício da análise crítica e a pluralidade interpretativa que o laboratório buscou estimular.

Apesar das diferenças nas conclusões, há convergência quanto à fundamentação teórica e à compreensão do papel do Serviço Social frente às expressões da questão social, especialmente na área sociojurídica. Por exemplo, todos os pareceres reconhe-

cem a complexidade da situação familiar e a sobrecarga das pessoas idosas, destacando as implicações físicas e psicológicas do cuidado contínuo aos netos com deficiência. Os três textos também convergem ao afirmar que Lucas e Marcos têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), baseando-se na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e, especificamente, no §14 do Art. 20, que exclui do cálculo da renda familiar os benefícios de até um salário-mínimo concedidos a pessoas idosas e/ou com deficiência da mesma família. Outro ponto de convergência é a visão crítica sobre as condições socioeconômicas da família, entendendo que o rendimento atual é insuficiente para garantir uma vida digna, o que reforça a necessidade de efetivação de direitos socioassistenciais e de acompanhamento pela rede de proteção social. Assim, os pareceres reafirmam o papel do Serviço Social como mediador entre a realidade concreta dos usuários e as políticas públicas que asseguram direitos.

A principal divergência entre os pareceres diz respeito ao acolhimento institucional de Lucas, sendo que: o parecer 01 manifesta-se favorável ao acolhimento, sustentando que, embora essa medida represente uma ruptura dolorosa dos vínculos familiares, ela se mostra necessária diante do esgotamento físico e emocional dos cuidadores e da gravidade das condições de saúde do núcleo, concordando com o encaminhamento do CREAS. O texto reforça a importância de que o acolhimento seja acompanhado por ações socioeducativas, especialmente com a Sra. Francisca, para minimizar os impactos emocionais e evitar a ruptura total dos vínculos. Em contraposição, os pareceres 02 e 03 se posicionam contrários ao acolhimento, argumentando que a institucionalização pode intensificar a violação de direitos e fragilizar laços afetivos consolidados. Ambas as equipes enfatizam o princípio da proteção integral no seio familiar, conforme a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, defendendo o fortalecimento da rede de apoio como alternativa à institucionalização.

A análise dos pareceres técnicos elaborados no âmbito do LABESP demonstra que os estagiários souberam problematizar a dimensão ético-política da intervenção profissional, articulando fundamentos teóricos com a análise concreta do caso. O exercício coletivo de elaboração dos pareceres permitiu desenvolver habilidades técnico-operativas, como a redação de documentos profissionais, a análise das condições sociofamiliares e a compreensão de categorias centrais do Serviço Social.

O ponto forte do LABESP manifesta-se no momento em que cada dupla discute coletivamente o parecer técnico produzido, a partir do Estudo Social apresentado. Essa troca de perspectivas enriquece o debate e amplia a compreensão da realidade social analisada, promovendo a complementariedade entre diferentes abordagens teórico-

-práticas. Tal dinâmica contribui para o desenvolvimento de competências profissionais essenciais, como a análise contextual, a argumentação fundamentada e a elaboração de instrumentos técnicos coerentes com o projeto ético-político da profissão.

Desse modo, o LABESP se configura como um espaço formativo que ultrapassa a simples aplicação de conteúdos aprendidos em sala de aula, possibilitando aos estagiários vivenciarem a práxis profissional em um ambiente supervisionado e colaborativo. Ao promover o diálogo entre diferentes interpretações e estimular a corresponsabilidade no processo de aprendizagem, o projeto fortalece a autonomia intelectual, a capacidade crítica e o compromisso coletivo dos futuros assistentes sociais, reafirmando a natureza interdisciplinar e dialógica do trabalho profissional.

Conclusão

O estudo evidenciou que o Laboratório de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos (LABESP) configura-se como uma experiência inovadora de ensino-aprendizagem ao articular teoria e prática de modo indissociável no processo de supervisão de estágio em Serviço Social, no âmbito da UACJS/FCHS-UNESP. A proposta revela-se eficaz diante da fragilidade da dimensão técnico-operativa na formação acadêmica, potencializando o desenvolvimento de competências analíticas, éticas e metodológicas indispensáveis à consolidação de uma intervenção profissional crítica e socialmente referenciada.

A metodologia adotada pelo LABESP, centrada no Estudo de Caso e na produção de pareceres técnicos, favoreceu a construção coletiva do conhecimento e o exercício da autonomia intelectual dos discentes, reafirmando o papel do campo de estágio como espaço privilegiado de articulação entre formação, supervisão e exercício profissional. Ao promover a interdisciplinaridade e a reflexão sobre as expressões da questão social, o projeto reafirma o compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Conclui-se que o LABESP constitui uma estratégia formativa potente, capaz de aproximar o ensino universitário da realidade concreta dos usuários e de fortalecer o papel do assistente social como sujeito crítico, ético e comprometido com a transformação social. Recomenda-se, portanto, a ampliação de iniciativas semelhantes nos cursos de Serviço Social, de modo a consolidar práticas pedagógicas que aproximem o processo formativo das exigências contemporâneas do trabalho profissional.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília: MDS, 2005.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão*. Brasília, DF: CFESS, 2014.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Produção de documentos e opinião técnica em Serviço Social*. Brasília, DF: CFESS, 2022.

COSTA, F. V.; FIGUEIRA, T. V. Reflexões sobre a práxis na supervisão de estágio. In: OLIVEIRA, C. A. H. S.; WALHER, M. L. S.; DUTRA, N. H.; SOUZA, T. M. C. (org.). *30 anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional*. Bauru: Gradus Editora, 2023. v. 2, p. 147-158.

COSTA, F. V.; FIGUEIRA, T. V. Reflexões sobre a práxis na supervisão de estágio. In: OLIVEIRA, C. A. H. S.; WALHER, M. L. S.; DUTRA, N. H.; SOUZA, T. M. C. (org.). *30 anos do programa de pós-graduação em serviço social: serviço social, formação e trabalho profissional*. Bauru: Gradus Editora, 2023. v. 1, p. 147-158.

FARIA, D. J. Serviço Social: Mediação e Interdisciplinaridade: elementos para reflexão. In: JOSÉ FILHO, M.; OLIVEIRA, C. A. H. S. (org.). *Trabalho interdisciplinar: construindo saberes*. Franca: UNESP-FHDSS, 2010.

FÁVERO, E. T. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e pareceres técnicos – debates atuais no judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13-64.

JOSÉ FILHO, M.; OLIVEIRA, C. A. H. S. *Trabalho interdisciplinar: construindo saberes*. Franca: UNESP-FHDSS, 2010.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *Dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-76.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HOLLIDAY, O. J. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C.

A.; MORALES, O. E. T. *Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. Ponta Grossa: UEPG, 2015. v. 2. p. 15-33. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do serviço social. In: MOTA, E. A. *et al* (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/download/35409764/A_construcao_do_PEP_jose_paulo_netto.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

NICOLAU, M. C. C.; SANTOS, T. R. M. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00008>.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: MOREIRA, S. (coord.). *Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão*. Brasília, DF: CFESS, 2020. v. 2. p. 11-42. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SCHIMANSK, E.; BOURGUIGNON, J. A. Interdisciplinaridade e o terreno científico do conhecimento e da prática profissional. *Confluências*, Niterói, v. 13, n. 1, p. 143-160. nov. 2012.

SILVA, R. A. da. *O conceito de práxis em Marx*. 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

VASCONCELOS, A. M. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

Notas

- ¹ A escolha da palavra “laboratório” — originária do latim medieval *laboratorium* — remete ao “local de trabalho” destinado à realização de experiências. Segundo o Dicionário Oxford, trata-se de um espaço voltado à observação, à experimentação e à produção de conhecimento em um determinado campo de estudo.
- ² O caso apresentado é de elaboração própria, inspirado em diferentes casos atendidos no cotidiano de trabalho, preservando-se informações que possam identificar os usuários do serviço.

Recebido em: 10 de agosto de 2025

Aprovado em: 17 de novembro de 2025